

A CRÍTICA LITERÁRIA NO BRASIL: DOS PRIMEIROS MOVIMENTOS ÀS INFLEXÕES MODERNISTAS

*Luís Fernando Ribeiro Almeida**
profalmeidafernando@gmail.com
Universidade da Amazônia

*José Guilherme de Oliveira Castro***
jgpsico.lettras@gmail.com
Universidade da Amazônia

*Milena Silva Castro****
castroarqui@gmail.com
Universidade da Amazônia

Resumo: A crítica literária no Brasil é uma seara singular na vida intelectual de pesquisadores e estudiosos que, detendo-se sobre a produção de romancistas, poetas, contistas, teatrólogos etc., buscam, a partir de juízos, quase sempre com reservas, situar do ponto de vista histórico, cultural, estilístico etc., a obra analisada, a fim de dar subsídios para o público leitor. Nesse pormenor, a partir de um movimento diacrônico, este estudo busca discutir como a crítica literária instaurou-se no cenário cultural brasileiro, bem como suas contribuições para o fortalecimento e recepção de obras dos mais variados gêneros. Isto posto, ao longo do estudo, discute-se sobre os primeiros movimentos “críticos” no horizonte da historiografia da literatura brasileira, aspecto que remonta ao século XVIII, no contexto do Arcadismo, também conhecido como Neoclassicismo; até os movimentos críticos nas três primeiras décadas do século XX, levando-se em consideração os reflexos conceituais do movimento modernista e do neorregionalismo dos romances da geração de 1930. Em linhas gerais, entende-se que a crítica é uma prática cúmplice, é o desdobramento de uma relação compartilhada, de modo que vive e se alimenta da interlocução criativa entre o observador, que procura entender, e o observado, que espera ser entendido. Assim, é igualmente — a Crítica — o pacto reciprocamente respeitoso entre o olhar ávido e a iluminação advinda do texto polissêmico, e, não raro, desafiador.

Palavras-chave: Crítica literária; ideário; Modernismo.

1 Introdução

* Doutorando e mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA), em Belém, PA, Brasil. Mestre em Letras (Linguagens e Letramento) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de Língua Portuguesa da rede pública de ensino.

** Doutor e mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA) em Belém, PA, Brasil.

*** Doutoranda e mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA), em Belém, PA, Brasil. Professora do curso de Moda da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Em seu conhecido texto *O ideal do crítico*, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 8 de outubro de 1865, o jovem Machado de Assis (1839-1908) aponta, do alto do seu ímpeto da mocidade, as principais características de quem viesse a se dedicar ao trabalho de crítico. Assim o futuro *Bruxo do Cosme Velho* escreveu: “[...] cumpre-lhe [ao crítico] meditar profundamente sobre ela [a obra literária], procurar-lhe o sentido íntimo, aplicar-lhe as leis poéticas, ver enfim até que ponto a imaginação e a verdade conferenciaram para aquela produção” (Assis, 2008, p. 50). Já para Macedo Soares (1838-1905), em seu artigo *Da crítica brasileira*, originalmente publicado na *Revista Popular*, em 1860, a crítica literária, já naquela época, teria utilidade e importância. Nesse artigo, Macedo buscou distinguir quatro espécies de crítica: contemplativa, admirativa, noticiosa e satírica.

Nesse contexto, a partir de um movimento diacrônico, este estudo busca discutir como a crítica literária instaurou-se no cenário cultural brasileiro, bem como suas contribuições para o fortalecimento e recepção de obras dos mais variados gêneros. De início, apresentamos os primeiros movimentos críticos no horizonte da historiografia da literatura brasileira, aspecto que remonta ao século XVIII, no contexto do Arcadismo, também conhecido como Neoclassicismo. Ainda nessa primeira incursão, a partir do trabalho de Wilson Martins (1983), apresentamos as possíveis classificações, do ponto de vista histórico/ideológico, da crítica literária no Brasil, naquilo que o autor denomina de “linhagens”. Avançando, o segundo aspecto a ser apresentado diz respeito ao ideário crítico de Machado de Assis (1839-1908) e de Sílvio Romero (1851-1914), a fim de apontar as principais características, em seu teor ideológico, de cada um. Em seguida, abriremos espaço para discutir a presença amazônica na crítica literária brasileira, a partir das produções dos paraenses José Veríssimo (1857-1916) e Inglês de Sousa (1853-1918). Por fim, as duas últimas discussões centram-se nos movimentos críticos nas primeiras décadas do século XX, com destaque para a apresentação do cenário da crítica literária realizada no Brasil durante as décadas de 1920 e 1930, a fim de identificar os seus principais expoentes, as influências e perspectivas teóricas vigentes no período, levando-se em consideração os reflexos conceituais do movimento modernista e do neorregionalismo dos romances da geração de 1930.

2 Dos primeiros movimentos às linhagens

Massaud Moisés (2004, p. 96), em seu *Dicionário de termos literários*, define crítica, em sentido genérico, como “[...] o ato de julgar, isto é, conferir valor às coisas, no caso obras literárias”. Já no pensamento de Compagnon (2010, p. 200), a crítica literária designa “[...] ao mesmo tempo a totalidade do estudo literário e sua parte que diz respeito ao julgamento”. Ampliando tais entendimentos, Durão (2016), à guisa de ilustração, reforça que o texto de crítica precisa ser publicizado, ou seja, que ele seja publicado. A ideia é que, ao ser publicada, a própria crítica torna-se objeto de crítica do leitor. Ratificando as considerações anteriores, Cécil Meira, em seu *Introdução ao estudo da Literatura*, edição de 1988, ao discutir sobre o chamado “gênero” crítica, afirma: “[...] Sua intenção originária é fazer passar as obras de arte, as produções alheias, por um processo crítico suave ou violento, observando as falhas, os erros, os plágios, as repetições, a falta de originalidade[...] no trabalho literário” (Meira, 1988, p. 235).

Como bem observado por Durão (2016, p. 11): “[...] a crítica literária não existe sem uma função social”. Isto posto, retomando o pensamento de Cécil Meira (1988, p. 235): “O campo da crítica é extensíssimo e pode dizer-se que nada escapa a seu exame”. Nesse contexto, sobre o panorama da crítica literária no Brasil, Durão (2016, p. 11-12) destaca:

[...] a crítica literária teve um papel importante no processo de instituição, no século XVIII, da cultura como a conhecemos hoje. No Brasil do século XIX e da primeira metade do século XX, ela foi fundamental para o projeto de construção de identidade nacional. Por meio da crítica, manifestações literárias tão díspares quanto o indianismo e a Semana de Arte Moderna passaram a contribuir para a representação daquilo que seria, para o bem ou para o mal, a essência da Nação.

Tendo a crítica literária no Brasil desempenhado um papel “sancionador” das diversas escolas e movimentos literários, doravante, para entendermos os diferentes contextos de produção de juízos críticos na historiografia brasileira, utilizaremos os estudos de Wilson Martins, em seu conhecido *A Crítica literária no Brasil*. Martins (1983, p. 55) afirma que “deve-se a José Veríssimo a constatação de que a crítica literária nasceu no Brasil com as academias do século XVIII”. Assim, a crítica literária no Brasil tem sua gênese no contexto do Arcadismo, também chamado de Neoclassicismo. Nesse período, que pode ser entendido como a convergência de três

perspectivas: razão, natureza e verdade, conforme aponta Antonio Candido (2017), em sua *Formação da literatura brasileira*; houve um grande número das chamadas *academias*, “[...] expressão por excelência do meio e dos letrados, sendo uma espécie de coletividade ao mesmo tempo autora e receptora da sublitteratura reinante [...]” (Candido, 2017, p. 77). Sobre o papel desempenhado por essas agremiações, Martins (1983, p. 58) observa:

[...] as academias brasileiras do século XVIII exerceram uma influência criadora e crítica na Colônia, e por isso se encontram à fonte dos primeiros ensaios críticos de nossa pré-história literária (ao mesmo tempo em que, implantando os princípios da retórica clássica, lançavam as sementes do que seria, num leque irradiante de desdobramentos sucessivos, em nossa história, as linhagens gramatical, humanística, sociológica, impressionista e estética, isto é, continham em germe todo o desenvolvimento posterior.

Naquilo que denomina de “Pré-história” da crítica literária no Brasil, Martins (1983) destaca os seguintes grupos/movimentos, todos no contexto do século XVIII, a saber: *Academia Brasílica dos Esquecidos*; *Academia dos Felizes*; *Academia dos Seletos*; *Academia Brasílica dos Renascidos*; *Academia científica do Rio de Janeiro*; e *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*. Neste ponto, façamos uma breve caracterização de duas das agremiações indicadas: os *Renascidos* e os *Seletos*. Conforme observa Antonio Candido (2017), o primeiro grupo foi estabelecido por iniciativa do desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, em maio de 1759, na Bahia. Em geral, os *Renascidos* cultivaram o nativismo, “[...] tanto no interesse em elucidar pontos da história local num sentido apologético, quanto na preocupação com o indígena” (Candido, 2017, p. 80). Já o segundo grupo, o chamado *Seletos*, como destaca Antonio Candido (2017, p. 81): “[...] reuniu-se no Rio de Janeiro em 1752, com a única finalidade de celebrar Gomes Freire de Andrada, a pretexto de sua nomeação para o cargo de Comissário Real na questão das fronteiras do Sul”.

Ainda no contexto das primeiras experiências críticas, o escritor paraense José Veríssimo, em sua *História da literatura brasileira*, — estudo acurado das produções literárias brasileiras, desde aquilo que chama de “primitiva sociedade colonial” até Machado de Assis, — nos apresenta, no *Capítulo XVIII – Publicistas, Oradores, Críticos*, a seguinte característica dos primeiros críticos:

[...] Eram por via de regra inchados de pensamento e de expressão, grávidos de erudição literária contemporânea e, como estalão de estima, usavam rigorosamente a pauta da retórica clássica consoante Horácio e Quintiliano. [...] A inspiração geral desses primeiros ensaios de crítica, não só aqui mas em Portugal — aos quais cumpre juntar os juízos dos censores oficiais, que

às vezes se desmandavam em críticos, — era de regra exageradamente benévola, e facilmente escorregava para os mais desmarcados encômios e excessivos louvores, em linguagem, como era a literária da época, túrgida e hiperbólica (Veríssimo, 2013, p. 404).

Após as primeiras experimentações críticas no século XVIII, a partir do século XIX, as incursões críticas, do ponto de vista histórico e temático, segundo nos indica Martins (1983), podem ser distribuídas em seis linhagens, a saber: gramatical, humanística, histórica, sociológica, impressionista e estética (Formalista). Como observado por Martins (1983, p. 79), foi Silva Alvarenga, a partir das orientações neoclássicas, o responsável por estabelecer “[...] a linha de continuidade histórica e orgânica que faz da crítica brasileira um sistema literário”. Assim, pois, passemos a apresentar, em linhas gerais, cada uma das linhagens. Nas discussões de Martins (1983, p. 91): “é pela linhagem histórica que a crítica brasileira começa a tomar consciência da respectiva literatura”. E continua:

O que caracteriza e distingue esta família é o fato de seus membros encararem a literatura não tanto como fenômeno essencialmente estético, desligado, por consequência, em certa medida, do tempo, mas, ao contrário, como um problema de história, que ao tempo deve o seu caráter e nele encontra a sua explicação. São os críticos do gênero descritivo e também do gênero documental, duas categorias que podem trazer contribuição importantíssima à crítica [...]” (Martins, 1983, p. 91-92).

Já a linhagem humanística é entendida nos seguintes termos:

O que caracteriza, pois, os críticos da linhagem humanística é a posse de um espírito erudito, inclinado à investigação, típico dos humanistas mais eminentes. Para eles, o fenômeno literário é de natureza filosófica, e a literatura, um instrumento de conhecimento do homem. A noção de estilo deixa de ser gramatical para se tornar filológica. [...] Os pontos de vista humanísticos, que, na realidade, não eram novos, marcaram toda a evolução da literatura depois do Renascimento, da mesma forma porque este último marcou toda a evolução posterior da sociedade ocidental. (Martins, 1983, p. 106).

Avançando, a linhagem impressionista pode ser caracterizada da seguinte forma: “[...] a família espiritual dos impressionistas é a mais antiga e a mais numerosa na história da nossa crítica” (Martins, 1983, p. 98). Ainda nas observações de Martins (1983, p. 99), o termo impressionista migrou das artes para a crítica literária, passando “[...] a ser, em crítica, sinônimo de diletantismo, argumento polêmico que nada significa como caracterização de uma família espiritual”. No que diz respeito à chamada linhagem sociológica, Martins (1983, p. 161) entende que ela “[...] constitui,

teoricamente, um desenvolvimento ou ampliação da linhagem histórica, assim como a humanística seria uma extensão da gramatical”. E continua: “Os críticos da família sociológica, que fazem da literatura um problema exclusivamente grupal [...], não alcançam a totalidade do fenômeno e oferecem respostas esteticamente insatisfatórias” (Martins, 1983, p. 161). Na linhagem sociológica, destaca-se o nome de Sílvio Romero, debutando-se em 1870, com seus primeiros artigos. Por fim, Martins (1983, p. 190) faz a seguinte consideração sobre o que denomina de linhagem gramatical: “Os críticos da linhagem gramatical são os que reduzem a literatura a uma questão de ‘estilo’ e o estilo a uma questão de gramática. [...] Na literatura brasileira, o critério da crítica gramatical, comum às literaturas peninsulares, tornou-se sensivelmente mais exigente”.

Retomando as considerações de Antonio Candido, em sua *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*, o autor afirma: “No Brasil, a crítica se estabeleceu com o Romantismo [...] Com efeito, a crítica romântica brasileira se baseia na teoria do Nacionalismo literário [...]” (Candido, 2017, p. 635). Dentro do contexto do movimento romântico destaca-se o que chamamos de um esforço de brasilidade, ou seja, uma forma dos brasileiros reconhecerem-se como de fato brasileiros. Essa questão também teve ramificações nas produções literárias e, sem menor importância, na crítica literária. Sobre a consciência de “brasilidade” na literatura, Martins (1983, p. 124) faz a seguinte observação:

Enquanto se deixou guiar pela estética neoclássica, a literatura “brasileira” foi, de fato, portuguesa, tanto nas obras de criação quanto no pensamento crítico (o chamado “nativismo”, ao contrário do que se pensa e afirma, foi manifestação *temática*, que em nada altera as estruturas mentais dentro das quais ocorria). Mas, ao tornar-se romântica, em processo intelectual e psicológico que levou vinte anos para se configurar, ela tomou consciência de sua brasilidade.

Para fechar esta primeira discussão, vale destacar o “balanço” que Martins (1983) faz, observando a história da crítica literária no Brasil, em retrospecto. Como bem observa, a linhagem histórica tem suas incursões com Januário da Cunha Barbosa, seguido de Abreu e Lima e Gonçalves de Magalhães. Até 1870, predominam as linhagens histórica, impressionista e humanista. Sílvio Romero, a partir de 1870, é o primeiro representante da crítica sociológica. Machado de Assis, em 1873, acrescenta à crítica, o viés estético ou formalista; e, no início dos 1900, Rui Barbosa, inaugura a linhagem gramatical.

3 Machado de Assis e Sílvio Romero: dois ideários críticos

Realizada a apresentação sumária da origem da crítica literária no Brasil, bem como suas linhagens, conforme assinalados por Martins (1983), doravante, iremos situar as principais características da produção crítica de duas personalidades do pensamento brasileiro, Machado de Assis e Sílvio Romero. O prof. José Luís Jobim, em *A crítica literária e os críticos criadores no Brasil*, ao discutir sobre a figura de Machado de Assis, crítico literário, destaca: “Machado de Assis, em sua crítica literária, antecipa linhas de encaminhamento que realizará em sua produção romanesca, ainda que seja negativo: o que vai condenar na crítica servirá como *modelo negativo* para o que ele vai empreender como escritor” (Jobim, 2012, p. 53). Ainda sobre Machado e a crítica, reforça: “[...] o que neles elogia é o que adotará como prática; o que condena é o que evitará” (Jobim, 2012, p. 54). Sobre as incursões críticas do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, José Veríssimo, no último capítulo de sua *História da literatura brasileira*, nos apresenta o seguinte quadro:

Como crítico, Machado de Assis foi sobretudo impressionista. Mas um impressionista que, além da cultura e do bom gosto literário inato e desenvolvido por ela, tinha peregrinos dons de psicólogo e rara sensibilidade estética. Conhecimento do melhor das literaturas modernas, inteligência perspicaz desabusada de modas literárias e hostil a todo pedantismo e dogmatismo, comprazia-lhe principalmente na crítica a análise da obra literária segundo a impressão desta recebida. Nessa análise revelavam-se-lhe a rara finura e o apurado gosto. Que não era incapaz de outra espécie de crítica em que entrasse o estudo das condições mesológicas em que se produziu a obra literária deu mais de uma prova. Com o fino tato literário e reflexivo juízo, que o assinalam entre os nossos escritores, no ensaio crítico atrás citado sobre o *Instinto da nacionalidade*, na nossa literatura ajuizou com acerto, embora com a benevolência que as mesmas condições da sua vida literária lhe impunham, os seus fundadores e apontou com segurança os pontos fracos ou duvidosos de certos conceitos literários aqui vigentes, emendando o que neles lhe parecia errado e aventando opiniões que então, 1873, eram de todo novas (Veríssimo, 2013, p. 432-433).

À guisa de ilustração do pensamento crítico de Machado, analisemos, pois, um aspecto do seu ensaio *Notícia da Atual Literatura Brasileira – Instinto de Nacionalidade*, publicado em 1873, em um período de transição dos ideais românticos para o objetivismo cientificista do movimento Realista/Naturalista. Em dado momento, ao examinar o cenário literário da época, Machado afirmou que: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Assis, 1959, p. 30).

A colocação do autor de *Dom Casmurro* vem depois do escritor ter considerado o “instinto de nacionalidade” como um forte traço da literatura brasileira, destacando que nossos escritores buscavam (e ainda buscam) na “terra pátria” sua inspiração criadora (temática). Retomando a citação, tal enunciado demanda algumas interpretações. O primeiro ponto diz respeito a esse “sentimento íntimo”, que pode ser entendido como a atenção dada aos problemas sociais, aos dramas humanos, a busca do autor em revelar aos leitores o homem sem máscaras, sem embalagens, que disfarçam sua real condição de vida.

Outro ponto a destacar diz respeito à questão do tratamento de assuntos remotos no tempo e no espaço. Em linhas gerais, pode-se ponderar que, por vezes, o escritor narra acontecimentos de uma época anterior ao seu contexto histórico/produção, conseqüentemente, distantes do seu momento de fala e/ou escrita, situados em ambientes distintos. Todavia, ao tratar dos dilemas humanos, o escritor acaba por sair de um estado *micro* (relativo a um fato isolado) e alcança o *macro* (recepção temática da obra), à medida que o leitor se identifica com o universo narrado. À guisa de exemplificação, cabe mencionar a tríade indianista de José de Alencar: *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, que, embora concebidos no século XIX, narram acontecimentos de um Brasil ainda no período da colonização, como verificado em *O Guarani* e *Iracema*; chegando a fatos anteriores à chegada dos portugueses, como no enredo de *Ubirajara*.

Feitas as considerações sobre o ofício de crítico de Machado de Assis, que, como mostra a historiografia da literatura brasileira, cedera lugar ao romancista e contista dos mais expressivos do seu tempo, passemos, pois, a pontuar algumas características da produção e pensamento de Sílvio Romero. Antonio Candido, no texto *Sílvio Romero: crítico e historiador da literatura*, estudo contido na edição comemorativa de *História da Literatura Brasileira*, faz o seguinte juízo sobre o ideário crítico do escritor sergipano. Vejamos:

Para ele, a cultura em geral, a literatura, em particular, podiam sem entendidas no Brasil aferindo-se os seus produtos ao vasto processo de mestiçamento em sentido amplo, o que permitia não apenas descrever com objetividade, mas julgar com segurança, pois o critério de valor, muito coerente no contexto das suas ideias, era a verificação de como e em que grau o autor e a obra tinham contribuído para a decifração, aproximando-se progressivamente de um teor brasileiro, que se manifestava sobretudo na fidelidade com que eram reproduzidos a sociedade e os sentimentos (Candido, 2001, p. 27).

A partir das considerações de Candido (2001), notamos que a perspectiva crítica de Sílvio Romero, em sentido amplo, caracteriza-se pelo viés positivista, classificatório, evolucionista. Ampliando a discussão, em outro texto, agora sobre o método crítico de Sílvio Romero, Antonio Candido faz as seguintes considerações: “[...] A nossa literatura, para ele, é devida a quatro fatores: meio geográfico, raças, influência estrangeira e, em seguida, tradições populares” (Candido, 2006, p. 163; 167). Outra informação sobre o ofício de Sílvio Romero, é a que fornece Roberto Ventura, no ensaio *História e Crítica em Sílvio Romero*, espécie de prefácio ao *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Para Ventura (2001, p. 10-11), Sílvio Romero, assim como os escritores de sua geração, abordava “[...] o texto como *reflexo de condições sociais e naturais* e adotavam, como critério de valor, o grau de correspondência entre literatura e sociedade”.

Enfim, no horizonte comparativo entre o ideário crítico de Machado de Assis e Sílvio Romero, observamos que ambos, de certa forma, estavam inseridos no mesmo contexto histórico de produção. Nesse pormenor, como nos informa Alfredo Bosi, em seu conhecido *História concisa da literatura brasileira*, entre 1870 e 1890, na intelectualidade brasileira, “pousavam” a filosofia positivista e o evolucionismo (Bosi, 2006).

4 A presença amazônica na crítica brasileira: José Veríssimo e Inglês de Sousa

No percurso da crítica literária no Brasil, não podemos negligenciar a presença dos paraenses José Veríssimo e Inglês de Sousa, figuras expressivas de uma época, presentes nos quadros da Academia Brasileira de Letras (ABL). Para esta tarefa, faremos uso das considerações de Humberto de Campos, na obra *Carvalhos e Roseiras (Figuras políticas e literárias)*, publicada em 1923. Logo na *Advertência* à reedição de 1934, o próprio Humberto de Campos destaca que os textos que constituem a obra foram produzidos entre 1915 e 1919, em meio às múltiplas atividades que o ofício de escritor exigia à época. Em seus 37 estudos, fez interessantes considerações sobre figuras políticas como Antônio Lemos, Alberto I, Floriano Peixoto, bem como vultos literários, a exemplo de Olavo Bilac, Ronald de Carvalho, Guimarães Passos etc.

Em relação ao universo literário amazônico, embora não se atendo às produções em si, mas à personalidade dos autores e, conseqüentemente, o reflexo em seus estilos, ou seja, no modo de “configurar” dada realidade pelo grafo literário, Humberto

de Campos teceu comentários sobre os paraenses Inglês de Souza, no capítulo XIX; e a José Veríssimo, no capítulo XXVII. Quando discute sobre o autor de *O Missionário*, Humberto de Campos começa, como típico do seu estilo, fazendo alusão a algum elemento da cultura clássica, geralmente Grega ou Romana, além das tradições orientais. Neste caso específico, inicia trazendo a narrativa das *Mil e uma noites*. O autor descreve a passagem em que Zobeida narra, ao califa Harum-al-Raschid, sua viagem a Bassorah (ou Basra). Chegando ao destino, segundo Zobeida, os passageiros do navio ficaram admirados com tantos tesouros, tantas mercadorias preciosas. Todavia, um fato curioso chamou a atenção: ao lado das mercadorias, como estátuas de pedra, jaziam os mercadores.

Humberto de Campos faz uso dessa passagem para afirmar que, a exemplo dos mercadores da cidade iraquiana, que acumularam riquezas, mas as guardavam em silêncio, no panorama da literatura brasileira, haveria um bom número de escritores que, na juventude, “[...] acumularam um tesouro de cultura e de talento e ficaram ao lado dele guardando-o em silêncio” (Campos, 1962a, p. 184). Segundo Humberto de Campos, o escritor paraense Inglês de Souza estaria entre esses “silenciosos guardadores de riquezas”. Mas, qual a razão de tal afirmação? Como já indicado, os estudos contidos em *Carvalhos e Roseiras* datam de 1915 a 1919. Sabe-se que esse período da literatura brasileira é considerado de transição entre as tendências de fim do século XIX, como o Realismo, o Naturalismo, o Simbolismo e o Parnasianismo, e o levante modernista a partir de 1922.

Em sua crítica ao estilo do autor do *Cacaulista* e do *Coronel Sangrado*, afirma, de forma bem direta, que aquele não fora um dos grandes escritores modernos da sua época, alegando que sua obra não teria “uma feição definitiva”, utilizando para isso, a própria consideração de Inglês de Souza, quando de sua resposta ao Sr. Paulo Barreto (João do Rio – seu pseudônimo), na obra *O momento literário*, referindo-se à obra *O Missionário*. Segundo o escritor paraense, “[...] o seu livro era espesso e palavroso e tinha, pelo menos, cem páginas a mais” (Campos, 1962a, p. 184).

No que diz respeito à obra mencionada de João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, vinda à baila em 1908, é fruto da reunião das respostas dadas por diferentes literatos da época, como Olavo Bilac, Coelho Netto, Raimundo Correia, Felix Pacheco, entre outros, a um questionário que tinha por objetivo projetar um panorama da cultura da época. Entre as perguntas do questionário, enviado por correspondência a um número expressivo de escritores, estava a seguinte: “Para sua formação literária,

quais os autores que mais contribuíram?”. Recolhidas as respostas, segundo o editor, a obra teria “[...] o mérito de reunir mais de quarenta respostas de mentalidades ilustres sobre problemas de arte, de literatura e da vida intelectual do Brasil” (Do Rio, 1908, p. 5).

No caso de Inglês de Souza, no que respeita os autores que contribuíram para sua formação literária, o escritor paraense aponta Erkmann-Chatrion, Balzac, Dickens, Flaubert e Daudet. Em suma, *O momento literário* apresenta, a partir das respostas colhidas, um interessante panorama da cultura brasileira — a literatura não pode ficar fora desse contexto — que estava em franco processo de transformação/transição, tomando como exemplo novos escritores e obras. Um exemplo são as considerações de Nestor Victor a *Os Sertões*, de Euclides da Cunha: “Seria injusto não lembrar o aparecimento de um livro de muito valor, e com ele o de uma forte individualidade, até então ignorada, como era o Sr. Euclides da Cunha antes de publicar *Os Sertões*, que é a obra que me refiro” (Do Rio, 1908, p. 121).

Retomando o estudo sobre Inglês de Souza, embora tenha feito certas ressalvas ao estilo do paraense, Humberto de Campos, mais adiante, destaca a vocação literária e o mérito de trabalho do autor de *Contos amazônicos*, o que o colocaria entre “os melhores escritores da geração” (Campos, 1962a, p. 184). Possuidor das qualidades essenciais para ser um escritor, cheio de “pedras preciosas” e de “mercadorias valiosas”, Humberto de Campos acentua que: “[...] Inglês de Souza foi um egresso calculista, que sacrificou o seu temperamento literário para melhor satisfazer as exigências da sociedade” (Campos, 1962a, p. 187).

Ao passo que discute a personalidade de Inglês de Souza, Humberto de Campos considera que, naquela época, ainda não havia, em todos os grandes jornais, “a verdadeira crítica literária”. Essa seria uma explicação para a “paralisação” de grandes escritores. Nessa tarefa de “julgar” uma determinada obra literária, o crítico acabaria tendo dois caminhos de sofrimentos: “pela campanha dos que não admitem restrições no estudo da sua obra, e pelo ressentimento dos que, desejando uma opinião impecável, não se conformam, entretanto, com as concessões feitas a outros” (Campos, 1962a, p. 188). Dessa forma, para Humberto de Campos, essas dicotomias estavam presentes tanto em sua época, quanto na geração de Inglês de Souza, qual seja o contexto estético do Naturalismo/Realismo (1881-1902).

Fazendo uma comparação com a parábola do vinhateiro, presente no Evangelho de Mateus, Humberto de Campos destaca que aqueles que recebem as críticas, tal

qual os vindimeiros, nem sempre ficam contentes com o que recebem, da mesma forma que o crítico, tal qual o dono da vinha, por vezes, pelo constrangimento, acaba distribuindo o mesmo “pagamento” para quem trabalhou pouco. No fim do estudo sobre Inglês de Souza, que acaba voltando-se para a crítica feita no Brasil de sua época, Humberto de Campos, aludindo à narrativa de Cornélio Agripa, destaca: “São assim, no mundo das letras, as moedas concedidas pela força da liberalidade da crítica literária. Sem o cunho da justiça e da verdade, elas se desmancham, pouco depois, nas mãos dos que a receberam...” (Campos, 1962a, p. 190).

Avançando, ainda em *Carvalhos e Roseiras*, no capítulo XXVII, encontramos uma interessante discussão sobre a personalidade e produção literária de José Veríssimo (José Veríssimo Dias de Matos), autor de, entre outras obras, *Cenas da vida amazônica* (1886), *A pesca na Amazônia* (1895), além da conhecida *História da literatura brasileira* (1916). No início do estudo, Humberto de Campos destaca que, naquela época, o estado do Pará não contava com um bom número de “figuras notáveis” (Campos, 1962a); chegando, até, a considerar que a nova geração não fosse capaz de atingir a glória dos seus antecessores. Nesse cenário, o crítico destaca a figura de José Veríssimo como uma exceção. Para Humberto de Campos, muitos costumavam ignorar os autores e conseqüentemente suas produções que estavam fora do Rio de Janeiro, centro artístico, cultural e político da época, Primeira República. Humberto de Campos encerra o texto sobre o escritor paraense afirmando que: “Em José Veríssimo havia, assim, acima de tudo, o homem sincero, intransigente, leal a si mesmo” (Campos, 1962a, p. 256).

Contribuindo para a compreensão do trabalho de crítico de José Veríssimo, Brito Broca, em seu conhecido *A vida literária no Brasil – 1900*, faz as seguintes considerações sobre o escritor paraense. Vejamos o exceto abaixo:

A atividade crítica de José Veríssimo continuou a exercer-se em caráter militante, desdobrando-se em colaborações múltiplas, em jornais e revistas não somente do Rio como também de São Paulo. Não é de estranhar, pois, fizesse ele, por vezes, simples trabalho de *book reviewer*, mas esta não seria a norma de sua crítica quase sempre judicativa. [...] Sua probidade crítica parece não sofrer dúvida pelo menos dentro do relativismo da imperfeição humana. Não se lhe conhecem os “ódios” de que foram passíveis os maiores críticos, embora injusto com Sílvio Romero, quando lhe dedicou apenas três linhas na *História da literatura brasileira*. E “afeto”, no sentido em que aqui empregamos a palavra, não possuiu também, pois é impossível distinguir na admiração por Machado de Assis mais do que o resultado de um rigoroso julgamento crítico. [...] A grande atividade de José Veríssimo em jornais e revistas foi até 1908, mais ou menos. [...] Manuseava as provas da História

da literatura brasileira quando faleceu, em fevereiro de 1916 (Coelho, 2005, p. 315-318).

5 A crítica nos 1900

Avançando na discussão sobre o panorama da crítica literária no Brasil, chegamos no limiar entre o século XIX para o XX. Nas últimas décadas do século XIX, a crítica literária no Brasil esteve enfeixada sob o olhar do realismo e do naturalismo. Sobre o primeiro, Martins (1983, p. 239) afirma que a crítica realista “[...] traduzia-se pela clara predominância, se não dos critérios, ao menos das ambições cientificistas”. Já o segundo ramo, qual seja o naturalismo, ainda no estudo de Martins (1983), tem sua sistematização no livro *O Naturalismo no Brasil*, de Aderbal de Carvalho, publicado em 1894. Nessa publicação, Aderbal dedica uma boa parcela das páginas para tratar do Naturalismo europeu. Mas, aqui, cabe as páginas dedicadas à literatura brasileira. Nesse pormenor, segundo Martins (1983, p. 294): “[...] o livro se transforma inesperadamente numa história crítica do romance brasileiro”. Entre as obras e autores analisados, podemos destacar: *O Ateneu*, *O Mulato*, *A Normalista*, *A Fome*, notadamente, romances da quadra realista/naturalista. Assim, a produção crítica chega aos 1900. Sobre a crítica literária nos 1900, recorreremos à conhecida obra *A vida literária no Brasil – 1900*, de Brito Broca. Vejamos como o autor pinta o quadro da crítica, tomando como exemplo a produção do paraense José Veríssimo:

Os principais críticos militantes da época são ainda os do século XIX: José Veríssimo, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Nestor Vitor, João Ribeiro. Até o aparecimento de Tristão de Ataíde, em 1919, não houve outra revelação no gênero. A atividade crítica de José Veríssimo continuou a exercer-se em caráter militante, desdobrando-se em colaborações múltiplas, em jornais e revistas não somente do Rio como também de São Paulo (Broca, 2005, p. 315).

Ratificando as considerações de Brito Broca (2005), Wilson Martins (1983, p. 442) afirma: “No que concerne à crítica e a história literária, o século XIX ia ficar encerrado, também em 1916, com o falecimento de José Veríssimo e publicação póstuma da *História da Literatura Brasileira*”. De forma geral, no panorama da crítica literária no início de 1900, a partir da análise do “Quadro Cronológico da Crítica Literária no Brasil”, apresentado por Martins (1983), notamos a predominância de críticos de orientação histórica e impressionista. De 1900 a 1910, por exemplo, podemos mencionar os seguintes críticos: Joaquim Nabuco, Múcio Teixeira, A. J. de

Melo Morais Filho, João Ribeiro, Coelho Neto, Paulo Barreto, Araripe Júnior, estes na linha histórica; Graça Aranha, Clóvis Beviláqua, Aderbal de Carvalho, Olavo Bilac, Raul de Azevedo, Euclides da Cunha, Osório Duque-Estrada, Mário de Alencar, estes, por sua vez, no viés impressionista.

6 Entre o neorregionalismo e as inflexões modernistas

Para Jobim (2012, p. 15), ao pensar o horizonte da crítica literária contemporânea, destaca: “Os críticos (literários, de arte, teatrais, de cinema etc.) no Brasil foram e são uma parte fundamental do sistema: aquilo a que dão espaço e que selecionam, ou aquilo que vetam nos cadernos culturais, nas seções de jornais e periódicos, nos ensaios, tem repercussão social”. Já para Durão (2016, p. 16): “[...] uma obra não é simplesmente grande. É preciso que a crítica mostre que ela ainda é capaz de falar ao nosso presente e que pode gerar surpresas”. A partir de tais considerações, doravante, como desfecho deste estudo, apresentaremos o cenário da crítica literária realizada no Brasil durante as décadas de 1920 e 1930, a fim de identificar os seus principais expoentes, as influências e perspectivas teóricas vigentes no período, levando-se em consideração os reflexos conceituais do movimento modernista e do neorregionalismo dos romances da geração de 1930.

Segundo Durão (2016, p. 20): “[...] historicamente, a crítica foi um agente na transformação do conceito de literatura, uma função que mantém até hoje”. A partir de tal consideração, podemos considerar que o movimento modernista, na década de 1920, trouxe mudanças consideráveis na produção intelectual brasileira, quer seja em obras literárias (ficção e poesia), quer seja na crítica, ou seja, na forma de compreender, analisar e julgar tais produções. A esse respeito, Alfredo Bosi, em sua *História concisa da literatura brasileira*, afirma que: “[...] A poesia, a ficção, a crítica saíram inteiramente renovadas do Modernismo” (Bosi, 2006, p. 383). Sobre o movimento modernista, Mário de Andrade, em *Aspectos da literatura brasileira*, faz a seguinte observação:

Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional. A transformação do mundo como o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática europeia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil e uma outras cousas internacionais, bem como o

desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito novo e exigia a reavaliação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional. Isto foi o movimento modernista, de que a Semana de Arte Moderna ficou sendo o brado coletivo principal (Andrade, 2002, p. 253).

Nesse entendimento, pois, sob as inflexões modernistas, o fazer da crítica se refez. À guisa de exemplificação, consideremos a observação de Martins (1983, p. 193-194) acerca da crítica de linha gramatical em face dos “ventos” modernistas: “Essa espécie de crítica não desapareceu de todo, mas, depois do Modernismo, perdeu muito de sua virulência. [...] Estilo é, de fato, infração à norma, mas só podem infringi-la, em termos de *estilo*, os que a conhecem”. À guisa de conclusão da história da crítica literária no Brasil, vale expor o pensamento de Mário de Andrade, em *Aspectos da literatura brasileira*. O autor de *Macunaíma*, em texto cujo objetivo é tecer juízos sobre o ofício de Tristão de Ataíde, faz um interessante comentário sobre o que chama de defeito na crítica literária brasileira, desde Sílvio Romero. Segundo Andrade (2002, p. 16): “[...] Daí uma crítica prematuramente sintética, se contentando de generalizações muitas vezes apressadas, outras inteiramente falsas. Apregoando o nosso individualismo, *eles socializam tudo*”.

Levando-se em conta a observação de Mário de Andrade, até certo ponto severa, sobre o método, ou melhor, a forma de produção crítica no Brasil, fechemos este capítulo com um posicionamento de Humberto de Campos. No texto *O Humanismo na Crítica*, juízo ao texto *Ensaio*, de Fernando de Azevedo, o escritor maranhense faz a seguinte consideração sobre o ofício de crítico: “O crítico precisa de autoridade para impor-se aqueles cuja atividade literária vai julgar. E essa autoridade deve ser integral, rigorosa, absoluta” (Campos, 1962b, p. 98).

7 Conclusão

A crítica literária no Brasil é uma seara singular na vida intelectual de pesquisadores e estudiosos que, detendo-se sobre a produção de romancistas, poetas, contistas, teatrólogos etc., buscam, a partir de juízos, quase sempre com reservas, situar do ponto de vista histórico, cultural, estilístico etc., a obra analisada, a fim de dar subsídios para o público leitor. Isto posto, a genealogia da nossa crítica literária remonta aos séculos XVIII e XIX, e registra nomes referenciais como José Veríssimo (1857-1916), Sílvio Romero (1851-1914) e Araripe Júnior (1848-1911).

Nesse pormenor, já é possível divisar a apropriação historicista, o viés evolucionista, a ênfase temática, o incontido apreço pelas datas e, aqui e ali, a celebração das efemérides.

Nesse contexto, é importante destacar que não se pode falar em linhagens que se sucedem, pois, em um mesmo período, diferentes perspectivas podem coabitar. Em um olhar retrospectivo da crítica literária no Brasil, como já sinalizado, foi a partir do século XIX que esse tipo de composição, ao lado de outros gêneros, torna-se instrumento para a consolidação da literatura nacional. Como exemplo, podemos citar Machado de Assis e Sílvio Romero, duas figuras contemporâneas, mas, ao mesmo tempo, com perspectivas ideológicas relativamente opostas, produziram textos críticos na década de 1870, momento em que estava ocorrendo a chamada “virada” anti-romântica, tanto na percepção do mundo, quanto na criação artístico-literária.

Nesse pormenor, a partir das discussões, observamos que os juízos críticos sempre estão sujeitos aos fatores históricos e ideológicos de uma época e, sobretudo, do ideal do crítico, ou seja, a sua visão de mundo e do que entende por literatura. Enfim, no decurso deste estudo, tentou-se, em uma perspectiva diacrônica, indicar o processo de constituição da crítica literária no pensamento intelectual brasileiro, desde as primeiras experiências das chamadas “academias”, no século XVIII; passando pelo século XIX, no qual o sentimento de nacionalidade fertilizou a produção artístico-literária; chegando-se às portas dos 1900, época de flagrante convívio entre teorias das mais diversas.

LITERARY CRITICISM IN BRAZIL: FROM THE FIRST MOVEMENTS TO MODERNIST INFLECTIONS

Abstract: Literary criticism in Brazil is a unique area in the intellectual life of researchers and scholars who, focusing on the production of novelists, poets, short story writers, playwrights, etc., seek, based on judgments, almost always with reservations, to situate the point from a historical, cultural, stylistic point of view, etc., the work analyzed, in order to provide information for the reading public. In this detail, based on a diachronic movement, this study seeks to discuss how literary criticism was established in the Brazilian cultural scene, as well as its contributions to the strengthening and reception of works of the most varied genres. To do so, we start by presenting the first “critical” movements in the horizon of the historiography of Brazilian literature, an aspect that dates back to the 18th century, in the context of Arcadianism, also known as Neoclassicism; to the critical movements in the first three decades of the 20th century, taking into account the conceptual reflections of the modernist movement and neoregionalism in the novels of the 1930s generation. In general terms,

we can indicate that criticism is a complicit practice, it is the unfolding of a shared relationship, in a way that lives and feeds on the creative dialogue between the observer, who seeks to understand, and the observed, who expects to be understood. Thus, Criticism is also the reciprocally respectful pact between the avid gaze and the illumination arising from the polysemic and, often, challenging text.

Keywords: Literary criticism; ideary; Modernism.

Referências

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

ASSIS, Machado de. *Machado de Assis: crítica, notícia da atual literatura brasileira*. São Paulo: Agir, 1959.

ASSIS, Machado de. *O ideal do crítico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

CAMPOS, Humberto de. *Carvalhos e Roseiras (figuras políticas e literárias)*. São Paulo: Mérito S.A, 1962a.

CAMPOS, Humberto de. *Crítica – II Série*. São Paulo: Mérito S.A, 1962b.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. Sílvio Romero: crítico e historiador da literatura. In: ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed., Aracaju, SE: Universidade Federal do Sergipe, 2001.

COELHO, Marinilce Oliveira. *O Grupo dos Novos (1946-1952): memórias literárias de Belém do Pará*. Belém: EDUFPA: UNAMAZ, 2005.

COMPAGNON, Antonie. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

DO RIO, João. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, 1908.

DURÃO, Fabio Akcelrud. *O que é crítica literária?* São Paulo: Nankin Editorial, Parábola Editorial, 2016.

JOBIM, José Luís. *A crítica literária e os críticos criadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Caetés: EDUERJ, 2012.

MARTINS, Wilson. *A Crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. v. 1.

MEIRA, Cécil. *Introdução ao estudo da literatura*. 5. ed. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

VENTURA, Roberto. História e Crítica em Sílvia Romero. *In*: ROMERO, Sílvia. *História da literatura brasileira*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed., Aracaju, SE: Universidade Federal do Sergipe, 2001.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

Recebido em 03/12/2024

Aceito em 25/02/2026

Publicado em 30/04/2026